



**XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB**

**ISSN 2177-3688**

**GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades**

**INTERCULTURALIDADE CRÍTICA NA BCI E NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:  
DIALÉTICA ENTRE CATHERINE WALSH NATALIA DUQUE CARDONA**

***CRITICAL INTERCULTURALITY IN BCI AND IN THE ORGANIZATION OF KNOWLEDGE:  
DIALECTIC BETWEEN CATHERINE WALSH NATALIA DUQUE CARDONA***

**Dirnele Carneiro Garcez. UFSC.**

**Rodrigo de Sales. UFSC.**

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** A partir da pergunta: Como a Interculturalidade crítica pode ser inserida na Organização do Conhecimento? Este estudo pretende refletir sobre o diálogo entre a Interculturalidade e a Organização do Conhecimento a partir dos principais referenciais teóricos das produções científicas da pedagogia Catherine Walsh e da bibliotecária Natalia Duque Cardona. O *corpus* bibliográfico foi composto por artigos científicos, livros, capítulos de livros e outras bibliografias produzidas no campo bibliotecário-informacional. Foi possível observar que a Interculturalidade crítica de Walsh e a abordagem intercultural de Duque Cardona nos convocam a revelar e denunciar o processo de invisibilização das culturas e nos desafiam a criar formas de enfrentar essa forma de colonização cultural. Nossa crítica ao confronto se localiza justamente nas orientações teóricas que sustentam as construções dos SOCs, a construção desses instrumentos que representam formalmente o conhecimento. Cada cultura produz e transmite seu conhecimento da forma que lhe é peculiar. O desafio é, como propõe Duque Cardona, evidenciar as formas de produção, organização e transferência de saberes dos mais variados povos, especialmente aqueles que compõem a população originária e que se subordinaram em detrimento da supervalorização das formas de organizando o conhecimento. dos colonizadores. Por fim, consideramos que prática bibliotecária apoiada pela reflexão crítica através da interculturalidade permite determinar acerca dos saberes referenciados na construção epistemológica da BCI e proporcionar a visibilização de conhecimentos, pensamentos e suas formas de produção, organização e transferência de diferentes povos, em especial, a população originária.

**Palavras-Chave:** Interculturalidade Crítica. Organização do Conhecimento. Representação do Conhecimento.

**Abstract:** From the question: How can critical Interculturality be inserted in the Knowledge Organization? This study intends to reflect on the dialogue between Interculturality and the Organization of Knowledge considering the main theoretical references to the scientific productions of the pedagogue, Catherine Walsh, and the librarian, Natalia Duque Cardona. The bibliographic corpus was composed of scientific articles, books, book chapters and other bibliographies produced in the librarian-informational field. It was possible to observe that Walsh's critical Interculturality and Duque Cardona's intercultural approach call on us to reveal and denounce the process of making cultures invisible and challenge us to create ways to confront this form of cultural colonization. Our



critique of confrontation is precisely located in the theoretical orientations that support the constructions of the SOCs, the construction of these instruments that formally represent knowledge. Each culture produces and transmits its knowledge in the way that is peculiar to it. The challenge is, as proposed by Duque Cardona, to highlight the forms of production, organization and transfer of knowledge of the most varied peoples, especially those who make up the original population and who were subordinated to the detriment of the overvaluation of the ways of organizing knowledge of the colonizers. Finally, we consider that library practice supported by critical reflection through interculturality makes it possible to determine about the knowledge referenced in the epistemological construction of the BCI and to provide the visibility of knowledge, thoughts and their forms of production, organization and transfer of different peoples, in particular, the native population.

**Keywords:** Critical Interculturality. Knowledge Organization. Knowledge Representation.

## 1 INTRODUÇÃO

A Interculturalidade e seus estudos vêm a cada dia ocupando mais espaço em diversas áreas da sociedade, embora seja um caminho denso e tortuoso de se trilhar. Definir efetivamente essa perspectiva é uma tarefa difícil, uma vez que sua própria historicidade cria discussões e posicionamentos acerca de sua configuração como se fosse “objeto de convergências e divergências teóricas em que o compromisso político é um elemento recorrente que confirma o caráter crítico de sua abordagem” (BELTRÁN, 2015; QUINTERO-LÓPEZ, 2021 p. 78).

Natalia Duque Cardona, María Restrepo Fernández e Camila Velásquez Yepes (2021) inferem que o enfoque dos estudos interculturais tornou possível assumir a perspectiva crítica da Interculturalidade como caminho, conceito e ação. No entendimento dessas autoras, a Biblioteconomia ainda carece de uma ciência viva, ativa e dinâmica capaz de identificar as necessidades existentes conforme o contexto em que está inserida, e através dessa perspectiva, proporcionar melhorias para a comunidade.

Foi mediante as análises da Interculturalidade crítica que se tornou possível retomar o entendimento sobre a história do livro, da leitura, da biblioteca e de dispositivos culturais que atendiam “à constituição de instituições culturais para a estruturação de uma memória nacional herdeira dos valores, crenças e princípios do colonialismo” (DUQUE CARDONA; RESTREPO FERNÁNDEZ; VELÁSQUEZ YEPES, 2021, p. 209). Dessa forma, a Interculturalidade pode ser vista como uma alternativa de enfrentamento à colonialidade por tornar possível a articulação de uma gama de saberes e sua utilização no confronto ao pensamento colonial, podendo ser abordada, inclusive, na Organização do Conhecimento (OC) (WALSH, 2009; 2012; BELTRÁN, 2015).



Para Nestor García Canclini (2004, p. 101), nas pseudocertezas etnocêntricas ou disciplinares, a Interculturalidade é o campo de estudo mais indagador encontrado até hoje, pois busca “através da investigação empírica das relações interculturais e da crítica auto-reflexiva das forças disciplinares [...] pensar a partir do exílio. Estudar cultura requer [...] tornar-se um especialista em interseções”. Em vista disso, a Interculturalidade torna-se um meio para planejar em conjunto as estratégias culturais na busca pelo desprendimento das narrativas eurocêntricas e a superação dos cerne coloniais ainda atuantes através da colonialidade e suas esferas, a saber: colonialidade do saber, colonialidade do ser, colonialidade do poder, colonialidade da natureza e colonialidade da linguagem (MIGNOLO, 2005; LUGONES, 2014; URQUIZA; CALDERONI, 2017; FERREIRA, 2020).

Como podemos observar, o pensamento intercultural não é novo e se constrói em diversas áreas do conhecimento, inclusive na Ciência da Informação. Nesse sentido, a questão que ‘suleia’ esta pesquisa é: *Como a Interculturalidade crítica pode ser inserida na Organização do Conhecimento?* Para responder a esse questionamento, pretende-se refletir sobre o diálogo entre Interculturalidade e a Organização do Conhecimento considerando como referenciais teóricos principais as produções científicas da pedagoga estadunidense, Catherine Walsh, e da bibliotecária afro-colombiana, Natalia Duque Cardona.

Com base no que foi exposto acima, este estudo está organizado da seguinte forma: inicialmente, abordamos a noção de Interculturalidade a partir de olhares de pesquisadores do Sul global. Na segunda parte, evidenciamos a Interculturalidade discutida por Catherine Walsh, com ênfase na Interculturalidade crítica, e, na terceira parte, a abordagem da Interculturalidade no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação articulada, em grande medida, por Natalia Duque Cardona. Por fim, buscamos encontrar elementos de diálogo entre a Interculturalidade e Organização do Conhecimento, de modo a vislumbrar como aquela abordagem pode se inserir neste espaço investigativo de OC. Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico de caráter qualitativo que aproxima, por meio de um exercício de interpretação, a ideia de interculturalidade aos campos da CI e da OC. O *corpus* bibliográfico foi composto por artigos científicos, livros, capítulos de livros e demais bibliografias produzidas no campo biblioteconômico-informacional.



## 2 INTERCULTURALIDADE E OS OLHARES DO SUL

A Interculturalidade pode ser entendida como um processo que atua na construção de outros poderes, saberes, seres e vivências que vai além das intenções de uma filosofia intercultural. Trata-se do ato de justificar a inclusão dos excluídos em estruturas educacionais, disciplinares e de pensamento, uma vez que se diz ser universal, mas perpetua comportamentos racializados e excludentes (WALSH, 2009).

Joaquín Beltrán (2015) destaca que a Interculturalidade surge como um novo paradigma responsável por apregoar a equidade de grupos distintos através do diálogo e do consenso que determina e desenha a sociedade e a diversidade cultural. Além disso, pode ser definida como um projeto que visa compreender a vida em sociedade a partir de ferramentas criadas para desvendar a sua complexidade. Essa forma de entendimento das relações evidencia “o respeito e o direito à diferença e denuncia as visões essencialistas que justificam a xenofobia, o racismo, a marginalização e a exclusão em nome da cultura” (BELTRÁN, 2015, p. 12). Além de ser compreendida como uma política de fortalecimento dos saberes tradicionais, a Interculturalidade também é uma estratégia de harmonia e estima às diferenças de múltiplas culturas, tendo como seu principal propósito possibilitar a troca recíproca entre costumes em condições de igualdade (URQUIZA; CALDERONI, 2017; CORTEZ; APRIGIO, 2021).

Como princípio epistêmico, a Interculturalidade devolve as possibilidades ao saber do “outro<sup>1</sup>”, que passa a ser visto como uma direção anteposta à edificação dos saberes apresentados como pós-coloniais, e tem como objetivo possibilitar a “coexistência e inter-relação de várias culturas e identidades em um mesmo espaço ou formação social” (BELTRÁN, 2015, p. 12; URQUIZA; CALDERONI, 2017).

Embora muitas vezes sejam usados erroneamente como sinônimos, o Multiculturalismo e a Interculturalidade não são a mesma coisa. O Multiculturalismo volta-se para a separação e o isolamento das culturas, já a Interculturalidade preza pela inter-relação, a potencialização e a troca entre culturas (BELTRÁN, 2015). As vertentes da Interculturalidade são oriundas da América Latina, diferentemente do Multiculturalismo, desenvolvido nos Estados Unidos e no Canadá a partir de meados de 1960. Este, pode ser entendido como uma perspectiva de tradição liberal e anglo-saxã, haja vista o propósito da

---

<sup>1</sup> Para ler sobre discussão da construção do outro, ver os seguintes trabalhos: Carneiro (2005), Kilomba (2019) e Lima, Oliveira, Xavier e Prado (2019)



coexistência de diferentes povos e a compreensão de toda a sua pluralidade cultural, a qual se tornou a sua principal disparidade (BELTRÁN, 2015; URQUIZA; CALDERONI, 2017; REPETTO, 2019).

Há também distinções entre a Interculturalidade latino-americana e a Interculturalidade desenvolvida por países do continente europeu, uma vez que, na Europa, a Interculturalidade é usada como forma de pensar a integração de imigrantes de países pertencentes a África e as Américas. Na América Latina, a discussão sobre a Interculturalidade vincula-se aos povos indígenas, a população originária do continente, sendo estes habitantes locais antes do processo de colonização (REPETTO, 2019).

A diversidade é entendida como a coexistência de múltiplas e diferentes ideias em um mesmo espaço, no qual os paradigmas da heterogeneidade e da homogeneidade se sobrepõem (BARRETO; REIS, 2011). Para Fleuri (2006, p. 06), a diversidade é representada por “uma retórica radical da separação de culturas totalizadas, que se fundamentam na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única”. Desta forma, o paradigma da diversidade se constrói na busca da compreensão e abarcamento de uma maior diversidade de culturas. A seguir, será apresentada a Interculturalidade a partir da ótica de Catherine Walsh.

### **3 O PENSAMENTO SOBRE INTERCULTURALIDADE EM CATHERINE WALSH**

Pensar Interculturalidade no contexto europeu difere e muito da Interculturalidade da América Latina, haja vista a Europa ser um lugar de dominação mundial e de imposição da modernidade e colonialidade. A América Latina, por sua vez, deixa evidente a existência da necessidade de um entrelaçamento no que se refere à luta, ao poder e à decolonialidade (WALSH, 2012; REPETTO, 2019).

A Interculturalidade é resultado do empenho dos movimentos sociais e políticos de ancestrais que lutaram pelas reivindicações de direitos, reconhecimento e transformação social. Além de também estar associada aos projetos globais de poder, capital e de mercado, atua como suporte no domínio nacional, inter e transnacional de instituições e de cooperação (WALSH, 2012). Walsh entende que a Interculturalidade “só terá sentido, impacto e valor quando for assumida criticamente, como ação, projeto e processo que busca intervir na refundação das estruturas e ordens da sociedade que racializam, inferiorizam e



desumanizam” sendo estas práticas oriundas da colonialidade do poder (WALSH, 2012, p. 62).

Para a autora supracitada, a Interculturalidade ocorre em três perspectivas distintas, sendo elas, a *perspectiva relacional*, a *funcional* e a *Interculturalidade crítica*. A *perspectiva relacional* se refere à troca entre diferentes culturas, atores, práticas, saberes, tradições e etc., ocorrendo em condição de igualdade ou desigualdade social. Porém, essa perspectiva acaba encobrendo conflitos e situações de poder e dominação, limitando a Interculturalidade aos relacionamentos individuais, ocultando as demais estruturas da sociedade e diferenças culturais (WALSH, 2012).

A *perspectiva funcional*, apoiada pelas abordagens de Fidel Tubino, advogado e filósofo peruano, defende que a Interculturalidade está internamente envolvida em reconhecer as diferenças e diversidades culturais com a ideia de incluir nas estruturas sociais já estabelecidas os grupos historicamente excluídos. Essa perspectiva é vista como liberal, uma vez que a Interculturalidade é "funcional" ao sistema existente, pois não questiona as assimetrias e desigualdades sociais e culturais, atuando de forma harmoniosa ao modelo neoliberal vigente. Sendo assim, por não buscar a criação de sociedades mais justas e igualitárias, mas sim o domínio dos conflitos étnicos, essa prática realizada através do reconhecimento e respeito à diversidade é vista como uma nova estratégia de dominação (WALSH, 2012).

A terceira perspectiva é a *Interculturalidade crítica*, que se dedica ao problema estrutural-colonial-racial e sua relação com o capitalismo de mercado, partindo do poder, do seu padrão de racialização e da diferença que foi estabelecida em função dele. Essa perspectiva é para Walsh (2012) um apelo *de* e *pelos* povos que foram subjugados e subalternizados historicamente, junto a todos que se empenham pela refundação, descolonização social e pela construção de outros mundos. Dessa forma, a questão que direciona a Interculturalidade não é a diversidade étnico-cultural, e sim o enfrentamento à “diferença construída como padrão de poder colonial que continua a transcender praticamente todas as esferas da vida” (WALSH, 2012, p. 65).

### **3.1 Interculturalidade Crítica**

Destaca-se que a ênfase do presente estudo está voltada a esta terceira perspectiva de interculturalidade. A Interculturalidade crítica teve suas origens nas discussões políticas



desencadeadas pelos movimentos sociais contra-hegemônicos, apoiadas pelo seu posicionamento em relação ao “problema estrutural-colonial-capitalista e sua ação de transformação e criação” (WALSH, 2009, p. 22). Walsh (2009) defende que a Interculturalidade crítica possa ser usada como ferramenta pedagógica por ser capaz de refutar os processos de racialização, subalternização, inferiorização e os padrões de poder exercidos por eles. Além disso, busca a criação e expansão de perspectivas que pensem a articulação e o diálogo com as diferenças apoiadas pela legitimidade, a dignidade e respeito, sem excluir os diferentes modos “outros” que ultrapassam as fronteiras (WALSH, 2009). Sendo assim, esse tipo de pensamento crítico constrói e modifica outros métodos de “poder, saber e ser” capaz de contrastar através da troca de pensamentos com o autêntico e o que é transformado (CRUZ-RÍOS, 2021, p. 27)

Walsh infere que a Interculturalidade crítica é inegavelmente decolonial, pois visibiliza e confronta a colonialidade do poder e atua como um indagador para a sociedade contemporânea, não podendo ser reduzida a um processo, um projeto étnico, ou às diferenças entre si (WALSH, 2009; 2012). A autora ainda destaca sobre a primeira e a segunda dimensões da Interculturalidade, sendo a segunda, a Interculturalidade funcional, atuante nas sociedades e Estados como fortalecedora dos dispositivos (branquitude, racismo, meritocracia etc.) e padrões de poder (patriarcalismo, eurocentrismo etc.) que perpetuam a desigualdade, contribuindo com os interesses neoliberais e o pensamento acrítico sobre os instrumentos e processos causadores de desigualdades. Já a Interculturalidade crítica parte do pensamento crítico de indivíduos submetidos aos processos históricos de submissão e obediência, os quais questionam o poder, seu padrão de racialização e a diferença colonial construída em função disso (WALSH, 2009).

Nesse sentido, a Interculturalidade crítica pode ser assumida como uma prática política que visa solucionar o problema estrutural-colonial-racial por meio de transformações de estruturas, das relações em sociedade, das instituições, bem como da construção de condições distintas e melhores para todos. Ademais, a perspectiva da Interculturalidade crítica se importa com os sujeitos que atuam de forma resistente, opondo-se a essas práticas de desumanização e subordinação, sem esquecer de combater as diferentes formas de apagamento, silenciamento e subalternização ontológica e de conhecimento/pensamento dos povos e sujeitos racializados. Dessa forma, a



Interculturalidade crítica se estabelece em concordância com a decolonialidade, pois atua como ferramenta que denuncia a existência de dispositivos de poder, assim como as estratégias que tentam “construir relações – de saber, ser, poder e da própria vida – radicalmente distintas” (WALSH, 2009, p. 23).

### **3.2 Interculturalidade na BCI**

No campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (BCI), podemos elencar alguns trabalhos que dialogam com as diversas perspectivas elencadas por Walsh. Dentre os temas abordados, existem enfoques sobre: comunicação, mídia, imigração e interculturalidade (COGO, 2001); biblioteca escolar e interculturalidade (FURTADO; OLIVEIRA, 2012); comunicação em saúde, comunicação intercultural e interculturalidade (RAMOS, 2012); conhecimento, diversidade cultural, desigualdade social e interculturalidade (OLIVEIRA, 2014); mediação da informação, interculturalidade, populações indígenas e quilombolas (CHAVES; FREITAS, 2017a,b); gestão intercultural do conhecimento (BANISKI; CIESLAK, 2018); racismo, interculturalidade e corporeidade (CORTÉS; SALGUEIRO, 2019); saúde indígena, cosmologia, educação escolar indígena e interculturalidade (SANGALLI; SOUSA, 2020).

Dos trabalhos destacados acima, fruto da busca realizada em maio de 2022 na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e na *Web of Science* (WoS), podemos dividi-las em categorias temáticas como Conhecimento (2), Saúde (2), Biblioteca Escolar (1), Emancipação (1), Comunicação (2) e Educação Intercultural (1). Para fins de elucidação sobre os enfoques – e respeitando o espaço [estabelecido](#) para exposição de ideias – podemos delimitar e descrever alguns desses estudos, a saber: O estudo de Andreia Sangalli e Neimar Machado de Sousa (2020) buscou identificar os impactos da COVID-19 em grupos indígenas do Mato Grosso do Sul, entendendo que a precarização de recursos ligados à saúde, informação e alimentação contribuem para propagação de doenças trazidas desde os tempos dos colonizadores, foram (e ainda são) disseminadas facilmente para esses povos tradicionais através da convivência entre essas culturas e a falta de políticas de saúde capazes de preservar e cuidar desses povos. Dessa forma, através da interculturalidade e da interdisciplinaridade foi possível desenvolver processos informacionais voltados para esses grupos, desvincilhando-se das amarras



impostas pelo colonizador de que o conhecimento de povos indígenas seria ífero se comparado ao dos europeus.

Em outra perspectiva, Carla Silva Machado, Keite Silva de Melo e Mirna Juliana Santos Fonseca (2018) propõem, a partir do pensamento de Fleuri (2003) e Candau (2011), a construção de uma educação intercultural capaz de conectar identidades de povos distintos, possibilitar a manutenção de relações e a troca entre os diferentes grupos culturais. Para isso, o desenvolvimento de atividades escolares se dá através das mídias sociais relacionando temáticas interculturais por meio da interculturalidade crítica e tornando a área escolar um ambiente capaz de oportunizar relações mais equânimes entre as pessoas.

Gislaine Martinelli Baniski e Rubens Cieslak (2018) defendem a interculturalidade como um fenômeno para além de sua influência econômica e mundial, que possibilita a aproximação entre diferentes culturas, dessa forma, em seu estudo buscaram compreender como esse fenômeno e as suas dimensões influenciam as práticas de gestão de conhecimento na multinacional da Volvo no Brasil.

A interculturalidade é entendida por Lúcia Oliveira (2014) sob uma ótica de confronto e de troca entre grupos que se relacionam através dessa estrutura a qual possibilita a superação das desigualdades, e o reconhecimento e a coexistência de diferentes culturas e conhecimentos. Tracey Bretag (2006) infere que a interculturalidade possibilita o desenvolvimento mútuo e contínuo, além de transformações realizadas por meio de diálogo entre indivíduos, independentemente de suas origens socioculturais-linguísticas.

É possível observar que as pesquisas citadas anteriormente corroboram com o discurso de Walsh, uma vez que o que foi descrito como interculturalidade se volta para projetos criados para visibilizar, dar voz e oportunizar trocas recíprocas entre diferentes culturas. Além disso, vão ao encontro da ecologia de saberes proposta por Santos (2006, p. 154) a qual se refere a “um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra hegemônicas que pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer”. Assim, a interculturalidade se relaciona com a ecologia de saberes uma vez que cria relações que possibilitam novas transformações, trocas, inclusão e fortalecimento de povos socialmente excluídos.

Ainda no campo da BCI, e agora pensando a relação entre interculturalidade, ecologia dos saberes e as diversidades culturais, destacamos o pensamento da pesquisadora



e bibliotecária afro-colombiana, Natalia Duque Cardona. Em nosso entendimento, Duque Carona é quem tem promovido, por meio de estudos críticos interculturais, uma construção dialética entre conceitos dentro da Ciência da Informação e da Biblioteconomia em Abya-Yala, favorecendo a construção da história e memórias de povos indígenas e tradicionais no Sul global. A seguir, será apresentada a interculturalidade crítica e a sua relação com a BCI, a partir das inferências dessa teórica.

#### **4 A INTERCULTURALIDADE CRÍTICA NA BCI: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO PENSAMENTO DE NATALIA DUQUE CARDONA**

É importante reforçar que o pensamento de Catherine Walsh serviu como base para as reflexões de Natalia Duque Cardona. A autora infere que foi através de estudos interculturais que a interculturalidade se constituiu na perspectiva crítica como uma ideia, ação e caminho, além de ser considerado um projeto ético, político, social e epistêmico (DUQUE CARDONA, 2018; 2019).

A interculturalidade pode ser vista como uma perspectiva 'suleadora' para a estruturação e a promoção das práticas bibliotecárias, para que, dessa forma, a biblioteca seja reconhecida como um dispositivo atuante no processo de redução das desigualdades sociais, (DUQUE CARDONA, 2018). Duque Cardona (2021, p. 12) também se apoia no pensamento de Fidel Tubino (2012), no qual a interculturalidade assume aspectos de uma "nova tarefa intelectual e prática que questiona a teoria do reconhecimento e da igualdade social para evitar sua dicotomia". Segunda a autora, é desejável assumir uma identidade cultural que se molde e não somente seja reprodutora de uma identidade hegemônica já imposta.

Dessa forma, a interculturalidade crítica possibilitou a compreensão de que materiais como livros e bibliotecas se destinavam, inicialmente, a atingir "à constituição de instituições culturais para a estruturação de uma memória nacional herdeira de valores, crenças e princípios do colonialismo" (DUQUE CARDONA; RESTREPO FERNÁNDEZ; VELÁSQUEZ YEPES, 2021, p. 209). Ou seja, essa interculturalidade crítica tornou evidente as estruturas coloniais e de poder racial e hierárquico que instalava as populações de origem africana e indígenas como subalternizadas, fato que inviabilizava e impossibilitava as ações de justiça, igualdade e diversidade social via a perspectiva intercultural (WALSH, 2009; DUQUE CARDONA, 2018).



Ao relacionar as bibliotecas e os estudos interculturais, Natalia Duque Cardona e seus colaboradores María Camila Restrepo Fernández e Santiago Velásquez Yepes (2021, p. 211) defendem a ideia de biblioteca como uma instituição que se volta para a memória e, que se vinculada às suas funções sociais, “retomam-se passados vivos e recuperam-se os usos da memória para questionar as relações de colonialidade que ainda existem na América Latina e no Caribe, as quais se evidenciam em profundas lacunas na desigualdade social”. Além disso, a biblioteca - na perspectiva intercultural e como um dispositivo - pode atuar na “descolonização do ser através da abertura do conhecimento e da entrada de memórias subalternas e subterrâneas” (DUQUE CARDONA; RESTREPO FERNÁNDEZ; VELÁSQUEZ YEPES, 2021, p. 204, tradução nossa).

No que concerne às soluções voltadas para pensar a interculturalidade, torna-se evidente a urgência de uma biblioteconomia ativa, dinâmica e envolvida com as demandas atuais voltadas para a sociedade (DUQUE CARDONA; RESTREPO FERNÁNDEZ; VELÁSQUEZ YEPES, 2021). Nesse entendimento, podemos compreender que essas demandas sociais são dinâmicas, e os povos que buscam a biblioteca para obter informação também reivindicam a sua representatividade identitária, cultural e epistêmica dentro dos referenciais teóricos, ações culturais, produtos, serviços, acervos e coleções disponíveis. Especialmente quando abordamos a biblioteca, não podemos esquecer que esta ainda é entendida como um espaço de promoção do discurso hegemônico, assim como de exclusão de povos marginalizados (HONMA, 2005). Por isso, a ação bibliotecária para a Interculturalidade passa por refletir criticamente sobre como povos colocados em lugares de subordinação têm sido representados na formação bibliotecária, nos sistemas de representação e organização do conhecimento e outras esferas, além de refletir sobre quais saberes estão sendo referenciados na construção epistemológica da Biblioteconomia e Ciência da Informação situadas no Sul global.

Somente a conscientização de como essa colonialidade atua nas esferas cotidianas de acesso à informação e pela compreensão do papel biblioteconômico na transformação social dos sujeitos é que efetivamente se concretizaria os princípios decoloniais de ser, estar e produzir conhecimento sob perspectivas decoloniais e interculturais. Segundo Duque Cardona (2018), a intenção é buscar alternativas para transformar a visão hegemônica e favorecer as relações entre o conhecimento e a interculturalidade, para que assim possamos



estabelecer a práxis da biblioteconomia com as comunidades e a partir delas (DUQUE CARDONA, 2018).

## **5 POTENCIAIS DIÁLOGOS ENTRE A INTERCULTURALIDADE CRÍTICA E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

No contexto da BCI, a Organização do Conhecimento é um espaço investigativo responsável, dentre outras coisas, por desenvolver meios formais e sistemáticos de representar conhecimentos para fins de recuperação da informação. Do ponto de vista instrumental, esta responsabilidade é cumprida pelos chamados sistemas de organização do conhecimento (SOCs). Os SOCs podem representar conhecimentos por meio da classificação e categorização de assuntos (sistemas de classificação), do controle terminológico (tesauros, listas de termos, vocabulários controlados etc.), da navegação digital classificada (taxonomias), da modelização de domínios do conhecimento (ontologias) etc.

Via de regra, as perspectivas teóricas que orientam as construções dos SOCs, ainda hoje, são oriundas de sistemas de pensamentos hegemônicos que refletem visões de mundo do norte global. Noções categoriais, classificatórias, definitórias, terminológicas e linguísticas que estruturam os SOCs refletem, por consequência, modos que culturas hegemônicas, especialmente eurocêntricas e anglo-saxônicas, enxergam o mundo.

No Brasil, segundo o último censo demográfico realizado (IBGE, 2010), existem 305 etnias diferentes e 274 línguas indígenas. A população indígena no território nacional (lembrando que este território originalmente é deles) é dividida segundo o tronco linguístico, família linguística, etnias ou povos, espalhados pelas cinco regiões do país. Para citar algumas dessas etnias, as populações mais numerosas são: Tikúna, Guarani Kaiowá, Kaingang, Macuxí, Terena, Tenetehara, Yanomámi, Potiguara, Xavante e Pataxó (IBGE, 2010). Quando nos reportamos a 305 povos e 274 línguas, nos referimos a centenas de culturas diferentes, inúmeras formas de pensar, de sentir, de se expressar. Em outras palavras, numerosas formas distintas de se organizar o conhecimento. Por que então insistimos em importar formas de pensar estrangeiras, com línguas estrangeiras? A resposta parece óbvia: não escapamos ainda dos colonizadores. Pelo contrário, quando uma área como a organização do conhecimento insiste em ser exclusivamente orientada por sistemas de pensamentos hegemônicos estrangeiros, ela está reforçando o processo colonizador. E no caso do Brasil, estamos abrindo mão de saber quem somos e como pensamos.



Os instrumentos de representação do conhecimento (os SOCs), diferentemente do que afirmam os mais ingênuos, não são meros instrumentos que servem para organizar e recuperar documentos tematicamente, são dispositivos de poder, dispositivos que ordenam, que dão lugar e nome às coisas, são dispositivos que decidem quem será mostrado ou representado ao mundo, e como será mostrado. Quais instrumentos da chamada organização do conhecimento estão mostrando ao mundo os 305 povos desta terra? Quais instrumentos de controle terminológico estão olhando para as 274 línguas desta terra?

A Interculturalidade crítica de Walsh e a abordagem intercultural de Duque Cardona nos conclama, por um lado, a revelar e denunciar o processo invisibilizador de culturas, por outro, nos desafia a criar caminhos de enfrentamento dessa forma de colonização cultural. Nossa crítica de enfrentamento está localizada justamente nas orientações teóricas que embasam as construções dos SOCs, a construção desses instrumentos que formalmente representam saberes. Cada cultura produz e transmite seus saberes/conhecimentos da forma que lhe é peculiar. Nesse sentido, numa perspectiva crítica intercultural, as ênfases para se definir categorias (se for o caso delas existirem), características de semelhanças e diferenças e o estabelecimento de relações entre saberes deve evocar a própria cultura que a relata. Assim, acredita-se que pensamentos devem ser autorepresentados em vez de ideologicamente pré-formatados.

Categorias ditas universais, como tempo e espaço, por exemplo, certamente não são compreendidas da mesma forma em diferentes culturas. As consagradas categorias aristotélicas (na antiguidade grega), kantianas (no iluminismo europeu) ou rangathanianas (no eixo indo-europeu do século XX), provavelmente nada dizem a respeito do que pode ser tempo e espaço para os Kaingang do oeste catarinense ou para os Guajajara do sul do Maranhão. O desafio está, assim como propôs Duque Cardona, em colocar em relevo as formas de produção, organização e transferência de conhecimentos dos mais variados povos, especialmente daqueles que compõem a população originária e que foram subalternizados em detrimento da supervalorização das formas de organizar o conhecimento dos colonizadores.

Em um território composto por 305 povos originários indígenas e por 274 línguas, é uma obrigação ética e moral que profissionais da organização do conhecimento assumam uma postura intercultural crítica e se responsabilizem por descobrir (cartografar)



orientações que possam teoricamente embasar suas construções instrumentais. É necessário se comprometer com a elaboração de SOCs que verdadeiramente evoquem as mais variadas culturas e línguas presentes nas etnias indígenas, colocando-as no rol da visibilidade científica e das políticas nacionais. É necessário se comprometer com vocabulários, taxonomias, ontologias, tesouros, classificações ou, até mesmo, sistemas/instrumentos que ainda não conhecemos, desenvolvidos com orientações teóricas Kaingang, Macuxí, Terena, Tenetehara, Yanomámi, Potiguara, etc., etc., etc. Em um país de 305 povos, um único não pode decidir tudo.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como resposta ao questionamento inicial concluímos que a interculturalidade crítica pode ser inserida na Organização do Conhecimento como uma estratégia de enfrentamento à colonialidade de diversas formas, uma delas, através dos instrumentos de representação do conhecimento (SOCs). Foi possível observar nas pesquisas recuperadas neste estudo um maior desenvolvimento dessas perspectivas em categorias como Biblioteca Escolar, Conhecimento, Saúde, Comunicação, Emancipação e Educação Intercultural. Dessa forma, cada cultura poderia, por meio da perspectiva crítica intercultural, definir categorias, características, conhecimentos e saberes próprios e auto representados, e assim, através desses dispositivos e corroborando com o discurso de Catherine Walsh, seria possível organizar, recuperar, ordenar, visibilizar e dar voz a grupos socialmente subordinados e silenciados pelo pensamento hegemônico colonizador.

Poderia, ainda, a prática bibliotecária, apoiada pela reflexão crítica através da interculturalidade, determinar acerca dos saberes referenciados na construção epistemológica da BCI e proporcionar a visibilização de conhecimentos, pensamentos e suas formas de produção, organização e transferência de diferentes povos, em especial a população originária, para que assim, conforme a ideia apregoada por Natalia Duque Cardona, a biblioteca e seus atores se empenhem no desvencilhamento de práticas coloniais que ainda perpetuam nesse ambiente.

Para além do escopo de observação deste trabalho, ou seja, para além das bibliotecas e dos instrumentos que tecnicamente representam o conhecimento, cabe-nos também refletir sobre a possibilidade de decolonizar a organização do conhecimento enquanto espaço investigativo, ou, enquanto campo de estudo autônomo, conforme



pretendido pela *International Society for Knowledge Organization* (ISKO). Se a organização do conhecimento está se emancipando com vistas a consolidar um espaço próprio e autônomo de investigação, não são somente os instrumentos e as bibliotecas ou demais unidades de informação que necessitam se livrar dos caracteres que os consolidam como dispositivos colonizadores, mas sim a mentalidade de quem edifica este espaço. O desejo de decolonização, como visto anteriormente, vem acompanhado da ação de enfrentamento das condições postas. É evidente que cartografar territórios de saberes do Sul, para se descobrir formas de produção e transferência de conhecimentos invisibilizados, e fazer isso de forma crítica e intercultural, do Sul para o Sul, não é tarefa pacífica e demanda extenuante trabalho. Porém, para que este espaço chamado organização do conhecimento seja de fato democrático, justo e inclusivo, para que seja de fato um espaço favorável aos esforços de decolonização epistêmica, é fundamental que, minimamente, busquemos nossas próprias formas epistemológicas, nossos próprios arquétipos e nossas próprias maneiras de organizar o conhecimento. A esse respeito, enfim, encontramos na interculturalidade crítica de Walsh e Duque Cardona uma via que traz a possibilidade de nos descobirmos *inter*, e não somente *multi*, algo que nos permitiria falarmos e nos organizarmos de dentro para fora, e não o contrário, como decidiu a colonização.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

BANISKI, Gislaine Martinelli; CIESLAK, Rubens. A interculturalidade e sua influência na gestão do conhecimento: a experiência da Volvo do Brasil. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. Especial, p. 70-85, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21714/2236-417X2018v8nEsp>.

BARRETO, Claudia Santos Gonçalves; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Educação inclusiva: do paradigma da igualdade para o paradigma da diversidade. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2012. DOI: 10.5216/rp.v22i1.21207.

BRETAG, Tracey. Developing 'third space' interculturality using computer-mediated communication. **Journal of Computer-Mediated Communication**, [s.l.] n. 11, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2006.00304.x>

BELTRÁN, Joaquín. **La interculturalidad**. Barcelona: Oberta Editorial UOC, 2015.



CARNEIRO, Aparecida Sueli **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 12 maio 2022.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguales y desconectados.** Mapas de la Interculturalidad. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2004.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **Diferenças culturais e educação: construindo caminhos.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 13-34.

CHAVES, Mayco Ferreira; FREITAS, Lídia Silva de. Entre informações e entre culturas: diálogos entre a mediação da informação e a interculturalidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]** Marília: UNESP, 2017a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105142>. Acesso em: 08 maio 2022.

CHAVES, Mayco Ferreira; FREITAS, Lídia Silva de. Entre informações e entre culturas: diálogos entre a mediação da informação e a interculturalidade. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2017b. DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.36960.

COGO, Denise. Mídia, imigração e interculturalidade: mapeando as estratégias de mediação dos processos migratórios e das falas imigrantes no contexto brasileiro. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 4, n. 1/2, p. 11-32, 2001. DOI: 10.5216/c&i.v4i1/2.23453.

CORTÉS, Nestor Gomes Mora; SALGUEIRO, Laís. Os desafios de emancipação da população afro-brasileira: mestiçagem, interculturalidade e corporeidades. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro v. 33 n. 1, p. 63-78, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/129399>. Acesso em: 29 maio 2022.

CORTEZ, Mariana. APRIGIO, Viviana Talia. A mediação de leitura literária em contextos plurilíngues. *In*: DUQUE; N. CORTEZ, M. (org.). **Leituras, bibliotecas e escolas: a mediação sobre outras perspectivas.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 119p.

CRUZ-RÍOS, Paula. Norheya: la autoetnografía y el conocimiento situado, praxis de mi interculturalidad. *In*: OCAMPO GONZÁLEZ, A.; GONZÁLEZ MACHADO, E. C.; DUQUE CARDONA, N.; SANTILLÁN ANGUIANO E. I. (org.). **Los estudios interculturales: una ventana para el diálogo de saberes desde AbyaYala.** California: UABC/UdeA, 2021. 338 p.

DUQUE CARDONA, Natalia. La incidencia de la biblioteca en la reducción de las desigualdades sociales: hallazgos y caminos a seguir. **Códices**, Bogotá, n. 14, v.1, 79-113. 2018. Disponível em: <https://cnb.gov.co/ojs/index.php/codices/article/view/49>. Acesso em: 01 maio 2022.



DUQUE CARDONA, Natalia. La desigualdad, un suceso no ajeno a la biblioteca: lectura, escritura y oralidad, tecnologías de poder como alternativas a la reducción de las desigualdades sociales. **FORUM**. Revista Departamento de Ciencia Política, Bogotá, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15446/frdcp.n15.74673>.

DUQUE CARDONA, Natalia. As funções sociais da biblioteca escolar em contextos interculturais. *In*: DUQUE, N.; CORTEZ, M. (org.). **Leituras, bibliotecas e escolas: a mediação sobre outras perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 119p

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, Maria Camila; VELÁSQUEZ YEPES, Santiago. Recuperar la memoria de la bibliotecología latinoamericana y del Caribe: los estudios interculturales como ventana de oportunidad. *In*: OCAMPO GONZÁLEZ, A.; GONZÁLEZ MACHADO, E. C.; DUQUE CARDONA, N.; SANTILLÁN ANGUIANO E. I. (org.). **Los estudios interculturales una ventana para el diálogo de saberes desde AbyaYala**. California: UABC/UdeA, 2021. 338p.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 16-35, ago. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200003>

FLEURI, Reinaldo Matias. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 95, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000200009>.

FURTADO, Cassia Cordeiro; OLIVEIRA, Lídia. Biblioteca escolar e interculturalidade: rede social em países lusófonos portal biblon. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 155-169, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/88009>. Acesso em: 08 maio 2022.

HONMA, Todd. Trippin' Over the Color Line: The Invisibility of Race in Library and Information Studies. **InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies**, [s.l.] v. 1, n. 2. 2005. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/4nj0w1mp>. Acesso em: 22 jan. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. **Indígenas**, estudos especiais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>. Acesso em: 21 maio 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. P. 935-952. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>.



MACHADO, Carla Silva; MELO, Keite Silva de.; FONSECA, Mirna Juliana Santos. Mídias e interculturalidade: uma relação urgente para a educação étnico-racial e de gênero através das redes sociais. **Acesso Livre**, Rio de Janeiro, v. 10, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/Qbhicy>. Acesso em: 12 maio 2022.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103.

FERREIRA, Natalia. Os desafios do tempo presente e a colonialidade da natureza. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História, Chapecó, n. 36, p. 69-90, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2020n36.11741>.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa. Conhecimento e interculturalidade. **DataGramZero**, [s./], v. 15, n. 3, 2014. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2014v9n2.22384>.

QUINTERO-LÓPEZ, Dayro León. Espacio intercultural, interculturalidad en el espacio: claves para pensar geográficamente. In: OCAMPO GONZÁLEZ, A.; GONZÁLEZ MACHADO, E. C.; DUQUE CARDONA, N.; SANTILLÁN ANGUIANO E. I. (org.). **Los estudios interculturales una ventana para el diálogo de saberes desde AbyaYala**. California: UABC/UdeA, 2021. 338p.

RAMOS, Maria Natália Pereira. Comunicação em saúde e interculturalidade - perspectivas teóricas, metodológicas e práticas. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 2012. DOI: 10.3395/reciis.v6i4.742

REPETTO, Maxim. O conceito de Interculturalidade: trajetórias e conflitos desde América Latina. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.33, p. 69-88, jul./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v2i33.5986>.

SANGALLI, Andreia; SOUSA, Neimar Machado de. In(formação), interculturalidade e a covid-19 em territórios indígenas de mato grosso do sul. **Liinc em revista**, Brasília, v. 16, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i2.5384.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

TUBINO, Fidel. **Del interculturalismo funcional al interculturalismo crítico**. Perú: REC PUCP. 2012. Disponível em: <https://centroderecursos.cultura.pe/es/registrobibliografico/del-interculturalismo-funcional-al-interculturalismo-cr%C3%ADtico>. Acesso em: 10 maio 2022.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; CALDERONI, Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira. A interculturalidade como ferramenta para (des) colonizar. **PRIM@ FACIE**, João Pessoa, v. 16, n. 33, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2017v16n33.35658>.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re- viver. In: CANDAU, Vera Maria. **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.



WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas.

**Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em:

<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412/1511>. Acesso em: 22 abr. 2022.